



PLANEJAMENTO
Condsef/Fenadsef realiza seminário

Página 3

ARTIGO
Táticas de sobrevivência da extrema-direita

Página 4

PASEP
Confira se você pode entrar com esta ação

Página 3



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

ANO XVII - Nº 198
Cuiabá - Junho de 2024

O compromisso

Acesse: www.sindsepmat.org.br



FIM DA NOVELA?

Maiores setores do Executivo assinam acordo

Proposta contempla cerca de 345 mil servidores do Executivo entre ativos, aposentados e pensionistas do PGPE, CPST e carreiras correlatas

Na segunda-feira, 17, a Condsef/Fenadsef esteve no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para celebrar acordo com governo que vai contemplar cerca de 345 mil servidores do PGPE, CPST e planos correlatos, entre ativos, aposentados e pensionistas. No dia em que se celebra o Dia do Servidor Público Aposentado, vale destacar que aposentados e pensionistas representam a maioria que será atendida pelo acordo.

A proposta prevê reajuste de 9% a partir de janeiro de 2025 e de 5% a partir de abril de 2026. Para os níveis superior e intermediário, também está previsto, em 2025 e 2026, um aumento nos *steps* de progressão e promoção funcional.

Os percentuais serão aplicados na remuneração total desses servidores, o que implica na aplicação dos índices acordados também nas gratificações.

Entre os planos correlatos contemplados estão Cultura, Embratur, Fazenda, PCC, Ex-territórios, Imprensa Nacional, Suframa e Anistiados. A íntegra das propostas assinadas nessa segunda serão disponibilizadas em breve em nosso site.

Para a Condsef/Fenadsef ainda que não tenha sido o acordo almejado esse foi o acordo possível dentro da atual conjuntura política e econômica. A entidade reforça que o processo em busca das perdas inflacionárias do setor público vai continuar.

Foto: Imprensa Condsef



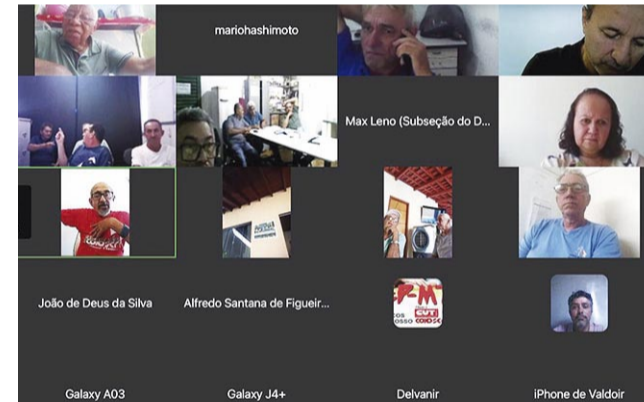
Acordo no MGI vai beneficiar cerca de 345 mil servidores

Inclusive, o secretário de Relações do Trabalho, José Lopez Feijóo, declarou que o governo segue com disposição para discutir a reestruturação das carreiras dentro de diretrizes que já vem sendo debatidas também junto aos representantes dos servidores.

Pelos cálculos estimados, os acordos firmados devem representar uma média de 10% de ganho real no período compreendido entre 2023 e 2026.

Mato Grosso aprova - O Sindsep-MT realizou na manhã do dia 11, via plataforma Zoom, Assembleia

Extraordinária para discutir proposta de reajuste apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para os servidores do PGPE, PST e planos correlatos. Participaram como convidados, diretores da Condsef/Fenadsef, Pedro Armengol, Edison Cardoni e também Max Leno, do Dieese. Com apenas uma abstenção, foi aprovada a proposta reformulada das tabelas salariais e reajuste de 9% para janeiro de 2025 e 5% em maio de 2026, além das mudanças nos *steps*. A decisão foi enviada para a Condsef/Fenadsef, que conduz as negociações entre servidores e governo federal. (COM CONDSEF)



Em MT, assembleia via plataforma Zoom aprova proposta



Fotos: Mario Hashimoto



Foi realizado no dia 21, Reunião Ordinária do Sistema Diretivo do Sindsep-MT, na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT), localizada no bairro Areão. Como convidado participou o sindicalista e vereador Robinson Cireia (PT) que elencou diversos problemas que o governo Lula enfrenta, principalmente nas pautas mais relevantes dentro do Congresso Nacional. “Vamos ter que voltar para as ruas, usar a força do povo para mudar isso e este ano vamos ter eleições e temos que fazer o dever de casa”, disse.

Na análise de conjuntura, Carlos Alberto ressaltou o fato dos Estados Unidos da América sempre estarem

incentivando a indústria armamentista e sempre à frente das guerras, lucrando, por exemplo nos conflitos em Gaza e Ucrânia. Também criticou a política do Copom, que mantém os juros altos sob alegação de controlar a inflação.

Em seguida, a advogada Adriane Santos dos Anjos passou os informes jurídicos e a principal pauta foi que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que a competência em relação aos intoxicados pelo DDT, da extinta Sucam, hoje Fundação Nacional da Saúde (Funasa) é da Justiça do Trabalho, o que em tese agiliza as decisões. Também foi comentada a questão do Pasep onde servidores que contribuíram até agosto de 1988, têm

direito de revisar valores recebidos. (Ver matéria na página 3).

Sobre o XIV Congresso do Sindsep-MT a ser realizado no fim de novembro ou início de dezembro deste ano, o presidente Carlos Alberto solicitou que diretores avaliem orçamentos de locais onde há condições de realizar o evento deste porte (cerca de 100 a 120 pessoas). Os últimos 4 congressos foram realizados no Hotel Mato Grosso Águas Quentes.

Ao final da reunião, foram aprovados por unanimidade as prestações de contas do período de dezembro de 2023, janeiro a maio de 2024.

PROVA DE VIDA

Fique alerta para tentativas de golpes e saiba como se proteger

INSS reforça o alerta a aposentados e pensionistas de que não realiza visitas à casa dos beneficiários para a 'prova de vida'

Para alertar a população sobre as tentativas do chamado Golpe da Prova de Vida, cujas vítimas principais são aposentados e pensionistas, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Antonio Steffanuto, reforçou recentemente, em entrevista à Agência Brasil, o alerta sobre o que fazer nesses casos.

Marcelo Casali / Agência Brasil



A Prova de Vida é de responsabilidade do INSS

O golpe consiste em criminosos fingirem ser funcionários do INSS que, munidos de crachás falsos, visitam a casa de beneficiários, na grande maioria idosos, solicitando informações pessoais, documentos e até mesmo fotos dos aposentados para realizar a prova de vida.

Uma vez em posse dos dados, os estelionatários podem cometer crimes e fraudes como realizar operações financeiras em nome da vítima: empréstimos pessoais, empréstimos consignados, entre outras operações, trazendo prejuízo a aposentados e pensionistas.

“O INSS não realiza pesquisa externa para prova de vida”, salientou Stefanutto, afirmando que o Instituto já enviou ofício à Polícia Federal solicitando investigações para os casos. Ele reforça ainda que as vítimas, ao se depararem com as tentativas, devem, imediatamente, comunicar o fato às autoridades.

“Isso [prova de vida presencial] não existe. Apareceu, liga para a polícia. Temos que nos proteger, não dêem senha nem dados”, alertou.

O presidente do INSS ressaltou ainda que, eventualmente, até pode haver pesquisas para que sejam confirmados dados, em casos de irregularidades, mas elas são realizadas, sobretudo, solicitando ao **beneficiário que vá até o INSS, pessoalmente**. Essa convocação é feita por meio de mensagens no **Aplicativo Meu INSS, telefone ou SMS**.

Prova de vida - A Prova de Vida é obrigatória. Trata-se da comprovação de que o beneficiário ainda está vivo e pode continuar recebendo seu benefício previdenciário. É um procedimento com a finalidade de evitar fraudes e pagamentos indevidos e por isso ocorre periodicamente.

Apesar de obrigatória, desde janeiro do ano passado, é de responsabilidade do próprio INSS comprovar que o beneficiário está vivo. A comprovação é feita por meio de cruzamento de informações dos beneficiários na base dados do INSS com outros órgãos públicos federais, preferencialmente biométricos.

Oura informação importante a respeito da Prova de Vida é que uma portaria publicada pelo Ministério da Previdência Social em março deste ano, decidiu que **até 31 de dezembro de 2024 a falta de comprovação da prova de vida dos beneficiários do INSS não vai acarretar no bloqueio ou suspensão do benefício**.

Outros meios - É muito comum, até por questões culturais, que idosos e idosas tenham preocupação com a prova de vida, por medo de perderem seus benefícios. Apesar das regras, que trazem comodidade a essa popu-

lação, muitos ainda preferem manter a tradição de realizar o procedimento, “por segurança”.

E não tem problema. Nestes casos é possível fazer a prova de vida, presencialmente na agência bancária onde recebe sua pensão ou aposentadoria ou ainda pelo aplicativo **Gov.Br**. Veja os passos abaixo.

Prova de Vida presencial: realizada no balcão de atendimento do órgão pagador; realizada nos terminais de autoatendimento do banco pagador (caixa eletrônico).

Prova de Vida digital: realizada no aplicativo **gov.br**, através do reconhecimento facial.

A Prova de Vida digital é realizada no aplicativo **gov.br** através do reconhecimento facial. Ao realizar o reconhecimento facial, o aplicativo comprova que você está vivo e envia essa informação para o órgão que paga seus benefícios. Para isso, siga as orientações:

Baixe e acesse o aplicativo **gov.br**;
Caso ainda não possua sua conta **gov.br**, crie uma;
Após fazer o login no aplicativo, na tela inicial, em "Serviços", clique em "Prova de vida";
Na tela "Histórico de Prova de vida", selecione a "Prova de vida pendente";
Na tela "Autorização", clique em "Autorizar";

Siga as instruções para fazer o reconhecimento facial;
Após finalizar o reconhecimento facial com sucesso, clique em "OK";
Na tela de Autorização, o status da sua Prova de Vida mudará para "Autorizado";
Faça o acompanhamento da Prova de Vida pelo site do seu órgão pagador.

Orientação do INSS sobre os golpes

O INSS reforça que **não está fazendo esse tipo de ação, ou seja, a visita para prova de vida, na residência de beneficiários**.

“Caso receba uma visita desse tipo, não atenda aos falsários, nem forneça quaisquer informações ou documentos. Denuncie pelo site <https://gov.br/falabr> ou pelo telefone 135. A polícia também pode ser acionada. O INSS também não está convocando os beneficiários para realizar procedimento de prova de vida ou de recadastramento. Essa informação falsa tem sido disseminada em sites e portais”, diz o alerta oficial do Instituto.

Caso deseje, apesar de não ser mais obrigatória, a pessoa ainda pode realizar a comprovação de vida por conta própria. Há duas maneiras: pelo aplicativo Meu INSS, aplicativo Gov.br, ou no banco em que recebe os pagamentos – preferencialmente por biometria, em aplicativo ou caixa eletrônico, quando a opção estiver disponível. (FONTE: CUT)



CONTRATO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA JUNTO A CAPESEP

Aos servidores que possuem contrato de previdência privada junto a Capesesp que por ventura ao se aposentar não efetuaram o resgate das contribuições ou efetuaram o resgate em percentual inferior ao devido, o escritório do **JB Anjos-Advogados Associados** informa que está ajuizando as competentes ações para reaver os valores devidos referentes ao resgate das contribuições. Para ajuizar a referida ação são necessários os seguintes documentos: 1) RG; 2) CPF; 3) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA; 4) PORTARIA DE APOSENTADORIA; 5) CÓPIA DA SOLICITAÇÃO ADMINISTRATIVA; 6) EXTRATO DEMONSTRATIVO DE CONTRIBUIÇÕES DA CAPESEP.

Com a apresentação dos documentos, será preenchida a procuração, declaração de assistência judiciária gratuita e contrato de honorários, que deverão ser assinados e encaminhados ao escritório. Para o ajuizamento da ação o escritório não cobra taxa de ajuizamento de ação e os honorários serão cobrados ao final quando do êxito da demanda no importe de 12% sobre o valor econômico da ação. Os encargos com custas processuais e possíveis honorários sucumbenciais serão arcados pela entidade sindical.

Para dúvidas e demais esclarecimentos, a advogada Adriane Santos dos Anjos, está à disposição, podendo ser contatada através do telefone (65) 99309-5678 ou por e-mail: adrianesanjos@hotmail.com.

LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADO PODE SER RECEBIDO EM PECÚNIO

É cabível a conversão em pecúnia de licença-prêmio não desfrutada, mas adquirida antes da passagem do servidor público para a inatividade.

O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1854662/CE, em acórdão proferido em 14/04/2021, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos e determinou a suspensão da tramitação, no território nacional, de todos os processos pendentes, que versem sobre a questão. Orienta-se aos servidores que se aposentaram com período de licença-prêmio não desfrutada a ajuizar a competente ação.

Em alguns casos a União tem ofertado proposta de acordo já no início da ação. Se é seu caso, procure o departamento jurídico do Sindsep/MT para demais esclarecimentos.

RELAÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO PARA SAQUE

Conforme consta na relação abaixo, os filiados abaixo relacionados deverão procurar o jurídico para orientação quanto ao procedimento de levantamento dos valores depositados judicialmente, através dos meios de contato: FONE (65) 3023-7000/99309-5678 (Dra. Adriane Santos dos Anjos):

- ROMERO EUFLAUZINO DE LIMA
- ROOSEVEL MONTA
- SONIA REGINA DE ALMEIDA
- VANDERLEI DA SILVA VANNI
- WENDER JESUS SEVERINO
- JANETE ALEXANDRE MARTINS ROSADA
- ELIZETE FERREIRA DA SILVA
- DOMINGOS SAVIO RODRIGUES DO NASCIMENTO
- ALBINO DE OLIVEIRA GUIMARÃES



ALERTA!



Golpistas estão se passando por advogados do nosso sindicato, João Batista dos Anjos e Adriane Santos dos Anjos.

Uma senhora que se apresenta como **Iris Aguiar** e se diz como secretária jurídica do sr. João Batista e chega até informar números de processos que de fato existem ou já estão arquivados.

CONTUDO SE TRATA DE GOLPISTA.

Já foi registrado um **Boletim de Ocorrência (BO)** e os fatos já estão sendo apurados pela Polícia Civil do Estado de Mato Grosso.

Portanto, caso alguém entre em contato com os servidores, se certifique que de fato se trata da Dra. Adriane Santos dos Anjos ou o Dr. João Batista dos Anjos. Nós não pedimos dinheiro para nenhum pagamento de alvará. E os alvarás hoje não são mais manuscritos. São feitos eletronicamente.

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - e-mail: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

PASEP

Veja se você pode entrar com esta ação e receber os valores corrigidos

Servidores públicos ou militares que contribuíram com o PASEP até agosto de 1988 têm o direito de revisar os valores recebidos ou a serem recebidos, visando corrigir distorções causadas por índices de inflação inadequados.

Antes de mais nada, eu quero explicar para você que o PIS/PASEP é oriundo da unificação do Programa de Integração Social - PIS e do PASEP, ambos criados em 1970. O agente operador do PASEP é o Banco do Brasil e o do PIS, a Caixa Econômica Federal.

Agora voltando a nossa problemática, servidores públicos e militares, inconformados com esse desfalque no seu saldo de PASEP, entraram com diversas ações revisionais do PASEP, nas quais os servidores públicos buscam a diferença entre o valor que sacaram e o montante que acreditam ser correto, com base em uma correção monetária apropriada.

E a melhor notícia vem agora! Recentemente, o STJ em sessão ocorrida em 13 de setembro de 2023, sobre o PASEP, o STJ acolheu integralmente as teses desses cidadãos.

Ou seja, se você é Militar das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica); Policial e Bombeiro Militar; Policial Civil e Federal; Servidor Público Federal; Servidor Público Estadual e Municipal; Empregado Público; Pensionista ou sucessor de Servidor ou Militar, você pode entrar com esta ação e receber os valores corrigidos que não recebeu no passado, basta reunir os documentos:

- A) EXTRATO DA CONTA PASEP COM O PAGAMENTO (CASO TENHA RECEBIDO);
- B) EXTRATOS DE PASEP EM MICROFILMAGEM;
- C) PORTARIA DE APOSENTADORIA;
- D) RG E CPF;
- E) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;
- F) 3 ÚLTIMOS CONTRACHEQUES

Com os documentos procure o departamento jurídico do Sindsep/MT, através dos meios de contato: FONE (65) 3023-7000/99309-5678 (Dra. Adriane Santos dos Anjos) e entre já com o processo.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE: OS CUSTOS PARA CONFEÇÃO DOS CÁLCULOS FICARÃO A CARGO DO SERVIDOR, NÃO HAVERÁ COBRANÇA DE TAXA DE AJUIZAMENTO E OS HONORÁRIOS SERÃO COBRADOS AO FINAL DA AÇÃO, NO ATO DO RECEBIMENTO NO IMPORTE DE 12% SOB O VALOR ECONÔMICO DA AÇÃO.

INCRA

MGI apresenta o que considera proposta definitiva aos servidores

Servidores do Incra tiveram a 4ª reunião da mesa específica e temporária no dia 24, no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). O MGI apresentou à categoria uma nova proposta que considera ser a 'proposta final' desse processo de negociações.

A categoria que segue organizada por sindicatos filiados à Condsef/Fenadsef, em conjunto com Cnasi-AN, SindPFA, Assera e demais entidades, deve realizar assembleias nos próximos dias para avaliar o contexto do que foi apresentado. A expectativa é que a mesa de negociações viabilize um acordo capaz de avançar e atender a pauta central da categoria.

A mobilização segue com a procura de apoio também de parlamentares. Representantes de movimentos sociais de luta pela terra também reforçam a luta e pauta de reivindicações dos servidores que incluem além da reestruturação de carreira, investimento em políticas públicas para o setor agrário.

PLANEJAMENTO

Fotos: Almerindo Farias/Sindsep-AP



Seminário de Planejamento Estratégico reuniu representantes da Direção Nacional (DN), Departamentos e CDE

Condsef/Fenadsef realiza seminário com representantes da DN e CDE

Planejamento estratégico dará diretriz e novos rumos da luta da maioria dos servidores federais

Entre os dias 12 e 15 de junho, a Condsef/Fenadsef realizou um Seminário de Planejamento Estratégico que reúne representantes da Direção Nacional, Departamentos e Conselho Deliberativo de Entidades (CDE).

Na manhã de quinta-feira, 13, a atividade contou com a presença do presidente da CUT-DF, Rodrigo Rodrigues, debatendo a conjuntura e cenário político que serão temas fundamentais para aprofundamento dos debates nos próximos dias de seminário.

O planejamento estratégico vai dar a diretriz e os rumos da luta da maioria dos servidores do Executivo Federal para o quadriênio da direção 2024/2028, além de reforçar os encaminhamentos aprovados no congresso realizado em dezembro do ano passado.

Quem auxiliou os mais de cem representantes dos servidores federais de todo o Brasil presentes nesse seminário é o economista e assessor da subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef, Max Leno de Almeida.

O diretores do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, Sílvia Cléia e Fernando Piveta estiveram presentes no evento que foi realizado em Luziânia-GO.



Planejamento dará diretriz e rumos da luta dos servidores

EM BRASÍLIA

Mato Grosso e Ceará discutem no MS temas importantes para servidores

Presidente do Sindsep-MT disse que assim que obtiver respostas do Ministério, vai repassar aos nossos filiados

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, junto com diretores do Sintsef-CE, se reuniu no dia 11, na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas no Ministério da Saúde (CGESP/MS), com a equipe da Etel Matiello, titular da coordenação.

Com o assessor especial da Cgesp/MS, Egilson Lima, foram discutidos vários temas, entre eles, averbação de tempo de insalubridade, licença prêmio, avaliação de desempenho e a questão da aposentadoria, principalmente no estado do Ceará, onde a demora do processo é recorrente. Foi protocolado um documento onde o servidor Egilson se comprometeu a responder item por item dos assuntos relacionados.

Segundo Carlos, a reunião foi proveitosa e assim que obter respostas do MS, estará prontamente repassando aos nossos filiados.



Novamente diretores dos sindicatos de Mato Grosso e Ceará se reúnem no MS

ARTIGO

MANIPULAÇÃO, TRUCULÊNCIA E POPULISMO: TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA DA EXTREMA-DIREITA

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ*

A partir dessa premissa, utilizam o populismo digital, disseminando fake news e ameaças, inclusive físicas, para deslegitimar os agentes políticos progressistas...

A estratégia da extrema-direita não se limita à manipulação da opinião pública entre os menos informados. Essa também se apoia em segmentos da classe média e do mercado...

A classe média, muitas vezes guiada por valores moralistas e conservadores, vê na agenda progressista ameaça aos seus princípios e modo de vida.

Estes setores, nos governos ditos "liberais" e os de extrema-direita, frequentemente se beneficiam de privilégios como a ausência de fiscalização trabalhista, ambiental e tributária...

Assim, a extrema-direita brasileira se fortalece ao formar coalizão que inclui tanto pessoas de baixa cognição, influenciadas pelo populismo digital e fake news...

zões moralistas e econômicas. Juntos, esses grupos criam frente unificada contra os governos progressistas...

Essa dinâmica é sustentada por constante campanha de desinformação, em que a verdade é frequentemente distorcida para servir aos interesses da extrema-direita.

Em ambiente político polarizado e marcado pela desconfiança nas instituições, essa tática se mostra eficaz para manter a base de apoio da extrema-direita mobilizada...

A mistura de política e religião tem sido utilizada pela extrema-direita no mundo ocidental para evitar políticas públicas em favor das minorias sociais e dos menos favorecidos.

Esse uso instrumental da religião fortalece a narrativa de que os inimigos são os progressistas, que são pintados como ameaças à ordem moral e aos valores tradicionais.

fortalecimento de regimes autoritários.

Além disso, o engajamento da extrema-direita também proporciona lucro para seus operadores. Os principais influenciadores e líderes desse tipo pregação são financiados...

Foi esse tipo de estratégia que levou ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Esse mesmo modus operandi está em curso no terceiro governo Lula.

A polarização política e a desinformação constante amplificam o risco, e promovem cenário, em que o radicalismo ganha terreno. É imperativo que a sociedade civil se una em defesa dos princípios democráticos...

Por fim, a selvageria dessa gente pode ser medida pela tentativa de golpe de Estado, em 8 de janeiro de 2023, pelas agressões verbais nas redes sociais e pela falta de decoro no exercício de mandato no Parlamento...

das comissões e ameaçam de agressão física os adversários, inclusive autoridades do Poder Executivo e do Judiciário.

Ou põem um freio nisso ou aqueles que indiretamente apoiam essas ações acabarão por legitimar um cenário de autoritarismo e repressão.

Diante desse cenário alarmante, é crucial que a sociedade brasileira se conscientize dos mecanismos de manipulação e desinformação utilizados pela extrema-direita.

Só por meio de esforço coletivo, que inclui todos os setores da sociedade, será possível construir futuro mais justo e equitativo, em que a desinformação e o ressentimento não sejam as forças motrizes da política nacional.

E o primeiro passo seria a regulamentação do uso das redes sociais, com punição severa à produção e disseminação de fake news, assim como estabelecer regras de convívio civilizado nos ambientes coletivos onde essa gente tem presença institucional.

(* JORNALISTA, ANALISTA E CONSULTOR POLÍTICO, MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO (FGV). EX-DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO DO DIAP, IDEALIZADOR E COORDENADOR DA PUBLICAÇÃO "CABEÇAS" DO CONGRESSO...



Table with columns 'NOME' and 'DIA' listing names and dates for the month of July 2024.

Table with three columns listing names, birth dates, and death dates for the month of July 2024.